

Das razões da grandeza e do progresso - um duplo olhar setecentista:

Montesquieu e Adam Smith

Marcelo Timotheo da Costa

Economista, professor de História, mestrando em História Social pela PUC/RJ.

Introdução

Este texto se inspirou na leitura de *Le Liberalisme Économique - histoire de l'idée de marché* de Pierre Rosanvallon (Paris, Seuil, 1989). Nele, o autor tenta demonstrar que o que denominamos contemporaneamente de ciência econômica tem sua gênese como um esforço intelectual de resposta aos filósofos do contrato social.

Quando a Europa era trezentos anos mais nova, com a dissolução da ordem feudal e o gradual fortalecimento da idéia de auto-instituição societária (a partir de premissas antropocêntricas), um desafio se anunciava: conceber a origem (e a regulação) da sociedade. Os séculos XVII e XVIII assistiram à teorização, com o auxílio do direito e antropologia naturais, de uma ordem social que levasse em conta as paixões humanas. Era o domínio da política, vista como a arte combinatória de paixões.

Já com Adam Smith, seguindo a "leitura" de Rosanvallon, se dá uma ascensão (não reducionista) do corpo social ao econômico. A esfera reguladora não é mais a da política e, sim, a da economia (principalmente pelo conceito de *mercado* - mais que um controlador do sistema de preços, um viabilizador da própria ordem).

A partir disto, coerentemente com esta linha de raciocínio, poder-se-ia "ler" de forma "agregativa" (com conseqüentes "ganhos de escala", propiciando novas linhas interpretativas) obras tradicionalmente remetidas ao político e, outras, consideradas como referenciais do pensamento dito "econômico". Rosanvallon sugere, exemplificando, que tal leitura tenha como objetos o *Leviatã* e *A Riqueza das Nações*.² Mas outras conexões poderiam ser férteis.

Venho, então, propor uma "leitura agregativa" (para usar uma expressão cara a Rosanvallon), um

"diálogo" entre Montesquieu e Adam Smith; entre *Grandeza e Decadência dos Romanos* (1734) e o Livro III de *A Riqueza das Nações* (1776), denominado "A Diversidade do Progresso da Riqueza nas Diferentes Nações".

Procurar-se-á demonstrar a existência de dois discursos - a partir de objetos serão iguais, correlatos - que já se situam em planos explicativos diversos.

Montesquieu aborda a grandeza (e a decadência) romana calcando sua explicação na existência de virtudes (e vícios) dentre seus cidadãos, remetendo-os (valores e anti-valores) principalmente à esfera da ação política.

Smith, poucas décadas após, também lança mão da História com grande profusão de exemplos. Mas o que impressiona é reviravolta no discurso explicativo que traz à luz, predominantemente, considerações identificáveis com um pensar a partir do econômico.

Desta forma (e através das obras escolhidas), a eleição de uma nova lógica - econômica (em detrimento de um discurso majoritariamente pautado na política e na moral) - para se explicar o progresso dos povos, torna-se bastante clara, consolidando-se como característica da noção de "modernidade" - como quer Rosanvallon.

A proposta de Rosanvallon

Primeiro movimento: a instituição do social pensada através do político

O professor francês reporta-se, inicialmente, ao processo de lenta desagregação da ordem social feudal e de suas representações - processo este que se iniciou no século XIII, ganhando aceleração no século XVII. Abandonou-se a ordem construída sobre a lei divina, com o gradual esgotamento da imagem da sociedade como corpo social. É a partir

daí que o autor em pauta propõe entender, num mesmo quadro analítico, a emancipação da política em relação à moral e à religião e a afirmação econômica da sociedade moderna.³

A grande questão da modernidade seria pensar uma sociedade laica, desencantada (na expressão de Max Weber); uma sociedade auto-instituída pelo homem. Com a emancipação do político, dá-se a afirmação do indivíduo como figura central, como fonte da socialidade.⁴ Ao mesmo tempo que a política se autonomiza, o sujeito se distingue do corpo social - de maneira bastante distinta, pois, da noção de *Plebis Christi* medieval.

É a partir desta nova realidade que surgem idéias políticas também inovadoras. A ordenação do Estado não é mais vista como prerrogativa divina, ele deve sua regulação ao direito natural, com os indivíduos formando uma comunidade autônoma, com todo o poder sobre si própria.

“É pois, a partir do indivíduo e de sua natureza que se deve pensar e resolver o problema da instituição do social. Pensar em termos de direito natural é, com efeito, antes de tudo, partir de uma antropologia natural. ‘Não existe questão importante cuja a solução não esteja compreendida nas ciências do homem’, escreveu Hume nas primeiras páginas de seu *Tratado da Natureza Humana*. É a grande questão que mobiliza todos os filósofos dos séculos XVII e XVIII, de Hobbes a Locke, de Hume a Smith, de Helvétius a Rousseau.”⁵

A preocupação de pensar a sociedade a partir do homem está inserida nos livros mais importantes da época.

“O *Leviatã* de Hobbes se abre em dezessete capítulos intitulados ‘Do Homem’ que retomam amplamente, aliás, seu primeiro tratado ‘Da Natureza Humana’. Da mesma maneira, é com um capítulo consagrado ao ‘estado de natureza’ que começa o ‘Segundo Tratado do Governo Civil’ de Locke.”⁶

Pensar a origem da sociedade, pensar a harmonia da sociedade: caminhos indissociáveis da mesma pesquisa. Pesquisa - que se pretende científica - acerca da natureza humana para viabilização de um conjunto social solidamente fundamentado. Trata-se de elaborar uma ciência das paixões, em moldes correlatos a da ciência da razão: matematizada.

“Toda literatura sobre afeições sociais, as paixões e os sentimentos que florescerá no século

XVIII deve portanto ser bem compreendida [...] Ela é a marca de uma empreitada filosófica prioritária para pensar o fundamento de uma sociedade humana. Trata-se de acabar e de assentar a nova visão do mundo implicada na revolução copernicana.”⁷

Na ordem do dia, desde Maquiavel, está a tarefa de compreender o que o homem é, ao invés de ensinar o que ele deve moralmente fazer. Aprendizado que implica, na prática, a agir de acordo com a procurada natureza humana. A moral é, pois, vista como impotente porque não é parte constitutiva desta natureza e de suas paixões. Não era mais pensável conceber a ordem social sem se levar em conta tal ciência das paixões. Ocorre uma reviravolta crucial: toma-se por insuficiente, como desejava Descartes (no *Tratado das Paixões da Alma*), regular as paixões pela razão:

“[...] a idéia que começa então a se afirmar é que é a partir das paixões do homem e não a despeito delas que se deve pensar a instituição e o funcionamento da sociedade.

A política não é outra coisa que uma arte combinatória das paixões, com o objeto de compô-las de forma que a sociedade possa funcionar.”

Ou ainda, nas palavras de Mandeville, se o homem é “um composto de paixões diversas, a instituição do social só pode resultar de uma determinada composição necessária de paixões.”

Anuncia-se, então, um ponto fulcral na análise de Rosanvallon:

“Neste sentido, podemos entender toda a modernidade, nos seus diferentes aspectos, como uma tentativa para dar uma resposta a esta questão da instituição do social [...]”

Minha tese é, portanto, que O *Leviatã* e A *Riqueza das Nações* devem ser lidas de la même façon. Ou se preferimos que o contrato social e o mercado são duas variantes de resposta a uma mesma questão. O *Leviatã*: resposta política; A *Riqueza das Nações*: resposta econômica. Mais precisamente ainda, tentarei mostrar que o mercado se apresenta, no fim do século XVIII, como a resposta global às questões que os teóricos do pacto social não puderam resolver de forma totalmente satisfatória e operatória.”

Hobbes, Pufendorf, Locke e Rousseau teriam,

respeitada a inequívoca heterogeneidade de suas formulações (onde apenas a figura do contrato social faz parte do senso comum), um fio condutor:

“De Hobbes a Rousseau, há uma inegável continuidade no sentido de que é a política que institui o social. Suas diferentes concepções do pacto social não se remetem tão diretamente a diferenças políticas do que a composições diferentes da relação entre política e o social sobre a base de uma economia de paixões.”

Segundo movimento: a regulação do social pensada através do político

No século XVIII, ensina Rosanvallon, a questão mais candente a ocupar as mentes ilustradas passa a ser a da regulação do social.

“A economia das paixões se desloca do terreno do estado de natureza ao da sociedade civil. De um certo ponto de vista, é um retorno à política concreta [...] A questão é a do poder e da lei como regulação do social.”

Opera-se um primeiro turning. Da instituição do social através do domínio do político (resumida na seção anterior), temos a regulação da sociedade através da mesma esfera. É o que se verá nesta seção, através de Claude-Adrien Helvétius, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham, sob o prisma de Rosanvallon.

Mas, antes disso, o mestre de conferências da EHESS, trata de Montesquieu, dizendo que é com o senhor de la Brède “que a política recomeça a ser pensada como arte e como ciência no século XVIII [...] sua economia de paixões é muito mais sutil que aquela de seus predecessores. Em muito isto é uma consequência do fato de que ele elabora sobre o próprio terreno da sociedade civil. A questão do pacto social originário, qualquer que seja a sua forma, não é mais importante para ele. Pôde-se consagrar inteiramente à análise da sociedade de sua época (apenas um parágrafo do Espírito das Leis é consagrado às leis naturais).”

Helvétius também tratou as paixões remetendo-as à sociedade civil e não mais, como Hobbes p. ex., ao estado de natureza. A economia das paixões se reduziria a uma economia de interesses. Para garantir a convergência dos interesses particulares e gerais, dever-se-ia lançar mão de um sistema de penas e recompensas, enfatizando-se, pois, o papel

da legislação.

Beccaria, prossegue Rosanvallon, encarregar-se-á de sistematizar a contribuição de Helvétius na obra *Dos Delitos e das Penas* (1764).

Ainda com o intuito de demonstrar a passagem da política como reguladora do sociedade (e não mais como institucionalizadora), o autor de *Liberalisme Économique* aborda Bentham - que pensou criar uma aritmética moral que pudesse fornecer uma base matemática à teoria das penas legais. Em *Princípios de Legislação*, defenderá a função do governo como promotor da felicidade societária através de penas e recompensas distribuídas com base científica. Assim:

“O conjunto de preocupações se volta na direção da regulação da sociedade civil; trata-se de pensar a harmonia social e de achar para ela um fundamento simples e sólido. É desta perspectiva que o *Contrato Social* de Rousseau encontra sua verdadeira significação, mesmo se ele é ainda inextrinsecamente dependente das teorias anteriores do pacto fundador. É igualmente dentro deste contexto intelectual que trabalham Montesquieu, Helvétius e Bentham, pensando a política (Rousseau) ou a legislação (Helvétius, Bentham) como lugar de resolução da questão do funcionamento e desenvolvimento da sociedade.”⁸

Agora é a vez do Prof. Rosanvallon operar o seu próprio turning. Após constatar que as teorias e idéias arroladas por esta plêiade de autores não correspondem totalmente ao projeto da regulação harmônica do corpo social, ele chega a um ponto-chave de seu *Liberalisme Économique*:

“Minha hipótese é que a representação econômica da sociedade deve ser compreendida como resposta a estas questões e que ela pode, portanto, ser concebida como uma forma de remate da filosofia política e da filosofia moral dos séculos XVII e XVIII. Ela representa uma continuidade e não uma ruptura com o pensamento político e moral de seu tempo. O mercado é o modo de representação da sociedade que permitirá pensar o seu desencantamento radical.”⁹

Último movimento: a economia como realização da política - o mercado e o contrato

O século XVIII inglês caracterizou-se por um

movimento de retorno ao concreto, com indagações pertinentes ao funcionamento da sociedade civil.

Mandeville inova na linguagem, pautando-se menos nas paixões humanas de cunho geral, "Ele fala do trabalho e da indústria, da riqueza e da pobreza, do luxo e do comércio, na sua vigorosa denúncia de todas as hipocrisias moralizadas e moralizantes."¹⁰

Hume sustentará que a filosofia política produz apenas sistemas especulativos. Propôs, então, ir mais longe: governar os homens pelos seus interesses. Além de privilegiar o funcionamento da sociedade (em detrimento de sua instituição),¹¹ Hume trabalhará a noção de interesse através do binômio *interesse/necessidade*, em vez do anterior *interesse/paixão*. A necessidade é vista como guia dos interesses humanos. Seguindo seu raciocínio, se os homens não incorressem em erros, por não serem/estarem suficientemente esclarecidos sobre seus genuínos interesses, não haveria problemas. Como não é assim, a noção de necessidade associada a de interesse (em vez da idéia de paixão) permite um avanço quando se quer conceber a harmonia social. Assim,

"Pode-se descobrir aqui um primeiro elemento de substituição da política pela economia para assegurar o bom funcionamento da sociedade."¹²

A idéia de Hume de *sympatia* (que reconcilia o interesse pessoal com o social) viabilizará uma congruência destes interesses e, por conseguinte, a paz social. Tal noção terá eco em Adam Smith:

"formalizando a noção de simpatia, Smith encontra um fundamento natural para a ordem social sem recorrer à política, como Rousseau, ou ao legislador, como Helvétius e, mais tarde, sobretudo Bentham [...]."¹³

Smith irá associar tal formalização a uma apologia da frugalidade típica do Iluminismo escocês. Frugalidade esta que agirá como instrumento moderador das paixões e de regulação da vida social.

Assim, finalmente, chega-se ao autor da *Riqueza das Nações*.¹⁴ Mas é na *Teoria dos Sentimentos Morais* que Rosanvallon enxerga a reviravolta em Smith. Na *Teoria*, são dadas razões econômicas para explicar a manutenção dos laços sociais. A sociedade se sustentaria, então, pela troca interessada de serviços mútuos, aos quais se convenci-

onou determinado valor.

Esta idéia vai se consolidar na *Riqueza das Nações*, num trecho que se tornou célebre:

"Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhe falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles."¹⁵

Rosanvallon vai advogar, então, uma "continuidade total" entre estas duas obras de Smith.¹⁶ Trata-se de uma passagem que merece destaque:

"É portanto do interior mesmo da problemática da *Teoria dos Sentimentos Morais* que nasce a questão econômica, do próprio seio de seu limite. Smith não constrói, então, uma filosofia da economia que seria simplesmente o prolongamento ou o complemento de sua filosofia moral. Smith *torna-se economista na sua filosofia*, no momento de sua realização e de sua verificação [...] Devemos insistir neste ponto que é o cerne de nosso raciocínio. *Smith torna-se economista quase a sua revella*. A economia não será para ele um domínio de investigação científica separada, ele a verá como o resumo e a essência da sociedade, o terreno sólido sobre o qual a harmonia social poderá ser pensada e praticada. De fato, Smith torna-se economista quase que por necessidade filosófica. Cremos poder ler neste movimento interior e necessário que faz de um filósofo economista a própria figura da modernidade tal qual ela se desdobra no fim do século XVIII [...] A ideologia econômica, a economia como filosofia, se apresenta progressivamente como a solução concreta dos mais decisivos problemas dos séculos XVII e XVIII: os da instituição e da regulação do social."¹⁷

Isto posto, o autor em lume questiona a noção da existência de um laço mecânico entre o desenvolvimento do espírito capitalista e a formação da ideologia econômica. Para Pierre Rosanvallon, são duas noções que cobrem realidades bastante diversas:

"O espírito do capitalismo traduz a emancipação da moral comercial em relação à moral cristã, é o resultado da distinção entre moral social e moral privada [...] A ideologia econômica é outra coisa; não está necessariamente fundada sobre a justificação moral do enriquecimento [...] A ideologia

econômica traduz, inicialmente, o fato de que as relações entre os homens são compreendidas como relações entre valores mercantis.”¹⁸

Assim, para o autor citado, a ideologia econômica responde aos problemas da instituição/regulação do social em duas direções principais (lançando-se mão do conceito smithiano de mercado):

- na questão da guerra e da paz entre as nações, problema não resolvido pelo pacto social que, se instaurou a paz civil, não previu a paz entre as nações. Com a desterritorialização da economia, o mercado mundial adquire características supranacionais.

“A superioridade da ideologia econômica será de permitir um tratamento aparentemente mais lógico a este problema [...] O conceito de mercado permite portanto repensar as relações internacionais sobre uma base nova, substituindo-se uma lógica de um jogo de soma nula (a do poder) por uma lógica de um jogo de soma positiva (a do comércio). É uma revolução intelectual decisiva no interior do próprio pensamento das Luzes.”¹⁹

Com o intercâmbio, todos podem ganhar. A soma é positiva. No jogo político internacional, com suas constantes guerras, se uma nação ganha, outra perde. Smith dissolveu o conceito político de nação no conceito econômico de mercado.²⁰

- o conceito de mercado permitiu equacionar o problema do fundamento da obrigação no pacto social. Se, em Hobbes, é o Leviatã que garante a ordem social, em Rousseau, com a crítica ao despotismo da era das Luzes, a obrigação de acatar o pacto e de se submeter à vontade geral é baseada na livre adesão de cada um. O pacto é concebido como “um acordo admirável entre o interesse e a justiça”;²¹ Rousseau não vê contradição entre a liberdade e a necessidade. Mas suas idéias serão mal compreendidas ao longo do século XVIII, sendo, inclusive, associadas a propostas ditatoriais.²²

Já as concepções de Smith, afirma Rosanvallon, valendo-se dos mecanismos de mercado e da noção de “mão invisível”, permitem pensar a coletividade onde se supere efetivamente a distinção entre indivíduo e sociedade; permitem realizar a imediaticidade que desejava Rousseau, mas dando-lhe viabilidade. Como se vê no *Liberalisme*:

“Os mecanismos de mercado, substituindo os

procedimentos de engajamento recíproco do contrato, permitem, com efeito, pensar a sociedade biologicamente e não mais politicamente (mecanicamente) [...] O mercado constitui então uma lei reguladora da ordem sem legislador [...] O conceito de mercado é, portanto, de grande utilidade política.”²³

Smith não inventou a teoria do valor-trabalho, não foi o primeiro a pregar o livre-cambismo, nem inovou ao separar a economia da moral. Tais contribuições devem ser imputadas a outros anteriores a ele. Rosanvallon afirma que a originalidade primeira do pensador escocês foi “[...] de ter transposto a realização da filosofia e da política para o terreno da economia.”²⁴

Smith compreende, pois, a sociedade levando em conta fatores econômicos mas não reduz a sociedade ao econômico. Criticando Hirschman (e seu célebre *As Paixões e os Interesses*), Rosanvallon afirma:

“O problema central do nascimento e da afirmação da ideologia econômica não reside num mecanismo de equilíbrio de paixões, num jogo de paixões econômicas (os interesses) contra as paixões políticas. De modo mais profundo, trata-se da acessão (e não da redução) de toda a sociedade ao econômico como único espaço possível da realização da harmonia social. A reviravolta decisiva reside na compreensão econômica da política e de toda a vida social. Para Smith, a economia resolve nela própria, ao menos no essencial, a questão do político e da regulação do social.”²⁵

Seguindo na tese de Rosanvallon, Adam Smith deve ser “relido” como “pensador da modernidade”²⁶ - onde a ideologia econômica é vista como seu ápice. Smith revolucionou ao ver a sociedade civil como um mercado, onde a transparência do mesmo se opõe à transparência do contrato.²⁷

De La Brede a Kirkcaldy: um breve estudo sobre Montesquieu

Foi relatado o pensamento de Rosanvallon, enfatizando a passagem de um discurso centrado eminentemente na instituição/regulação do social através da política a outro, de regulação da socieda-

de pelo econômico - enfatizando-se o papel do conceito de mercado como *locus* de resolução de conflitos e de lacunas que o pacto social não equacionava. Um movimento, pois, mais amplo, geral; mais "macro" diriam meus confrades.

É o momento de focar algo mais particular. Para tanto, selecionei outra questão onde é patente a mudança de discurso, o mesmo *turning* - de uma lógica (baseada no domínio do político) a outra (prevalência da nova razão econômica). Mas com uma preocupação mais restrita, um problema específico: quanto as discussões dos fatores e causas da grandeza e do progresso dentre as nações. Para isso, de acordo com o anteriormente disposto, foram escolhidos os seguintes textos: de Montesquieu, *Grandeza e Decadência dos Romanos*²⁸ e de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith,²⁹ o Livro III: "A Diversidade do Progresso da Riqueza nas Diferentes Nações".

Antes de partir propriamente para os textos, vale lembrar que se Montesquieu trata de "grandeza e decadência" e Smith apenas de "progresso" (ou da diversidade dele), compartilham indagações correlatas, com ênfase explicativa diversa, acerca de questões sobre política e economia (e suas relações) através da história.

Montesquieu e a grandeza e decadência dos romanos

Nesta obra, seu autor tem a preocupação de refletir, explicar, as considerações e causas (as quais se refere o título original: *Considérations sur les Causes de la Grandeur des Romains et de leur Décadence*) da grandeza e decadência do povo romano, com nítida intenção de trazer a dita reflexão para a França sua contemporânea.³¹ Mais que isso, GDR não é exatamente uma história de Roma, é uma tentativa de descobrir as leis que a regeram.³² Como, para seu autor, a natureza humana permanece imutável³³ através dos tempos, no limite, a obra pesquisa as leis da própria História, aplicadas a diversos povos e ocasiões (estas, sim, mutáveis, como abordarei adiante).³⁴ E, em linhas gerais, como é delineada tal explicação?

Os valores prevalentes para que um povo se engrandeça ou decaia são, para Montesquieu, os de raiz moral. Valores como coragem, obediência, industriiosidade, respeito à lei alicerçam o caminho de um povo à glória. Vícios ou contra-valores tais

como a luxúria, preguiça, corruptibilidade levariam, ainda sob o mesmo prisma, ao extremo oposto: à decadência.

Saliente-se a importância de tal construção. Montesquieu opera, ao longo de toda a obra, em última análise, com explicações **causais morais**. As virtudes (os vícios) impulsionam à grandeza (à decadência) um povo, assenhoreando-se de seu espírito, instituições, vida política. Tal *approach* permeia todo o discurso. Logo no capítulo primeiro, os valores dos romanos são afirmados. Era um povo empreendedor, cujos "reis foram todos grandes personagens."³⁵ E quando encontravam dentre os povos com quem guerreavam costumes melhores, os adotavam:

"E cumpre observar que aquilo que mais contribuiu para tomar os romanos senhores do mundo foi a circunstância de, tendo lutado sucessivamente contra todos os povos, sempre renunciarem aos usos próprios logo que deparavam com outros melhores."³⁶

Ainda há espaço para considerações sobre caracteres nacionais, influências climáticas e geográficas. Mas não há lugar para determinismos. O mais importante na análise desenvolvida pelo senhor de la Brède são as razões políticas (principalmente) e históricas que transformam, através do tempo, o gênio de cada povo. É por conta destas transformações, inclusive, que as leis devem ser objeto de correção por parte do governo para que se adaptem às novas circunstâncias. Só assim, efetuando correções legislativas, um governo pode ser considerado livre.³⁷ Tocando neste ponto, seja lembrado que o autor considerava que o engrandecimento de Roma "dependia da sua liberdade".³⁸

Voltando à discussão sobre valores morais de um povo, pedra angular da análise de Montesquieu, à presença (ausência) de valores (vícios) que explicariam, causariam o sucesso (insucesso) de um povo. Paira no ar uma certeza (quase) matemática.³⁹ Um povo fútil, pouco laborioso, covarde, cujos soberanos são tergiversantes, dentre outros vícios, estaria, certamente, condenado ao fracasso. Ao contrário, um país habitado por gente sábia, laboriosa, corajosa, com virtude, enfim, seria cumulado de sucessos.

Um ponto muito importante para entender a

análise de Montesquieu é ver que se ele concebe as paixões como imutáveis, as ocasiões são diversas:

"como os homens tiveram em todos os tempos as mesmas paixões, as ocasiões que produzem as grandes mudanças são diferentes [...]"⁴⁰

Fica explicitada a crença numa natureza humana essencialmente constante, um estado de natureza compartilhado tanto, por exemplo, por homens do Lácio, no século V a.C., como pelos súditos dos Luíses de França, contemporâneos do autor de *Cartas Persas*.

Note-se que o autor citado descarta o acaso como determinante para o destino histórico de uma nação:

"Não é a Fortuna que dá o mundo [...] Existem causas gerais, morais ou físicas, que atuam em cada monarquia, elevando-a, sustentando-a ou precipitando-a; todos os acidentes estão sujeitos a essas causas e, se o acaso de uma batalha, isto é, uma causa particular arruinou um Estado, existia ali uma causa geral a forçar este Estado a perecer a uma única batalha. Numa palavra, o fato principal arrasta consigo todos os acidentes particulares."⁴¹

Para Montesquieu, todo Estado tinha um objetivo geral, a auto-conservação. E um objetivo próprio que, no caso romano, era o engrandecimento. Roma, então, cresceu, dominou boa parte do mundo conhecido da época (graças às suas virtudes) e, tempos após, vítima da corrupção destas (ou do predomínio de vícios), experimentou a decadência. Num trecho muito relevante lê-se:

"Eis, numa palavra a história dos romanos: eles venceram todos os povos graças às suas máximas; mas, chegados a tanto, sua República não se pôde sustentar, foi necessário modificar o governo, e máximas opostas às primeiras, adotadas por este novo governo, deitaram a perder a sua grandeza."⁴²

O barão de Montesquieu, no seu raciocínio, imputava grande importância à guerra, vista como quase sempre agradável ao povo, graças ao butim por ela propiciado. Os atos de rapina (operados com disciplina, sem corrupção, tal como fariam os romanos) causavam o enriquecimento de particulares: assim, a guerra, em Roma, tornava-se útil, convergindo interesses, ao contrário do que suce-

dera em Cartago.⁴³ Em decorrência desta concepção, "Roma experimentava então uma guerra eterna e sempre violenta. Ora, uma nação perpetuamente em guerra, por princípio de seu governo, tem de sucumbir ou vencer todas as outras, as quais, na guerra ou na paz, nunca estiveram a altura de atacar, nem preparadas para se defender."⁴⁴

Após relatar que os romanos consideravam a guerra como a "única arte",⁴⁵ o autor de GDR tece um elogio pungente das virtudes bélicas daquele povo: tropas disciplinadas, com melhor formação militar, homens endurecidos, sadios, deserções mais raras, soldados com coragem natural. Seriam "[...] combatentes tirados do seio de um povo tão altivo, tão seguro de mandar nos outros [... daí, conclui Montesquieu:] Em suma, jamais uma nação preparou a guerra com tamanha prudência e a conduziu com tamanha audácia."⁴⁶

Uma questão se impõe: se os povos da Europa tinham, na Antiguidade, as mesmas artes, armas, disciplina e forma de guerrear, qual a razão da fortuna romana? Viu-se que os homens não têm natureza diversa.⁴⁷ A explicação é dada pela partilha de terras entre os soldados cidadãos - o que os encorajaria na luta.⁴⁸

Abordar-se-á, agora, tal como vista em GDR, a decadência de Roma: enquanto esta conquistava o mundo, no interior de seus muros, travava-se uma guerra surda entre o povo e famílias patrícias. O povo abusava do poder conseguido através de seus tribunos; o Senado tentava reagir "[...] com sua sabedoria, sua justiça [...] com suas boas obras e uma atilada administração dos tesouros da República [...]"⁴⁹

O acirramento do conflito, pondo em xeque a virtude do patriotismo, e o vício de se olhar causas particulares, em detrimento da coletividade, fomentarão a ruína. Numa frase (e mais uma vez): grandeza pelas virtudes, decadência pelos vícios.

Deu-se também, com a irresistível expansão territorial romana, a perda do espírito de cidadania (com a universalização do direito a ela): os sentimentos romanos desapareceram, corromperam-se. Manifestou-se o afastamento entre o soldado e o cidadão, onde o soldado só respeitava o seu general. Daí, no Império, ocorrerá uma mudança no princípio de se estar sempre em guerra: a nova máxima era manter a paz.⁵⁰ Roma crescera demais, conhecera a corrupção das máximas responsáveis

pela sua expansão. O ocaso se instalaria.

A grandeza da República transformara em guerra civil os tumultos populares, pois o crescimento desmedido do Estado fez acumular a fortuna de particulares, introduzindo desigualdades nefastas - com o luxo tornando difícil o exercício da cidadania.⁵¹ Sila corrompeu a soldadesca com rapinas de bens particulares, dando terras de cidadãos a seus comandados. No seu crepúsculo, a República concentrou os negócios nas mãos de poucos. A crise desemboca na conspiração que assassinou César.

O Império se anuncia. Mas não poderá deter para sempre a decadência de Roma, sustenta Montesquieu. Apesar de alguns líderes virtuosos, como Trajano,⁵² de determinadas máximas positivas terem ganho terreno em certo período,⁵³ a moral cívica vai desaparecendo. Os cidadãos vão se tornando vis,⁵⁴ o Senado adquire caráter bajulatório,⁵⁵ não faltarão aos tiranos instrumentos de sua tirania.⁵⁶ Some-se a isto a divisão do Império em dois, combatendo mais o lado ocidental. Se a República perecera graças a seu crescimento, o Império decairá por esgotamento de suas forças, imerso no despotismo. Nas palavras do autor de GDR:

"Lograram os romanos dominar todos os povos, não somente pela arte da guerra, mas também por sua prudência, sua sabedoria, sua constância, seu amor à glória e à pátria. Quando, sob os Imperadores, todas essas virtudes se estiolaram, restou-lhes a arte militar, com a qual, malgrado a debilidade da tirania de seus príncipes, conservaram o que haviam adquirido. Mas depois que a corrupção se insinuou na própria milícia, eles se transformaram na presa de todos os povos."⁵⁷

Os romanos "consagraram usos inteiramente contrários aos que os haviam tornado senhores de tudo;"⁵⁸ e não podendo se sustentar pelo único meio que lhe restara, a força, o Império será conquistado pelos bárbaros.

Finalizando, acredito que possa reiterar a idéia já sobejamente "batida" nestas linhas. Montesquieu constrói um sistema explicativo causal para a grandeza de um povo, calcando-se em virtudes, máximas presentes entre seus governantes e cidadãos. Quando, seja por que causa for, até pelo próprio sucesso deste povo, tais máximas se

desvirtuam, a decadência se instalaria.

O conteúdo de seu discurso é, pois, moral, baseado em virtudes e vícios que se encontrariam no povo e país em questão, explicando seja seu sucesso, seja seu fracasso. Também se nota, como já foi dito, uma preocupação bastante forte com a esfera do político. A esfera do econômico será priorizada por outro pensador do século XVIII, Adam Smith, que, apenas 43 anos após a publicação de GDR,⁵⁹ lança a obra que focarei na sequência.

Adam Smith e a diversidade do progresso da riqueza nas diferentes nações

A citada seção (Livro III) constitui uma "monografia separada"⁶⁰ da discussão principal da obra magna smithiana (qual seja: uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações, como o título completo da mesma informa). Eu a escolhi por acreditar haver nítida conexão com a reflexão de Montesquieu em GDR. Mesmo em se considerando que, ao contrário do pensador francês, Smith não refletiu sobre as razões da decadência de um povo ou país, o "diálogo" entre este dois homens do século XVIII é, na minha opinião, plenamente viável. Grandeza de uma nação (e, por oposição, sua decadência), progresso (e a diversidade dele) entre diversas nações; as considerações relativas tanto a um ponto quanto ao outro, têm afinidades que se mostram úteis para que se chegue às diferenças de ênfase entre um texto e outro.

É exatamente isto que se quer - uma vez que se revela viável a conexão, o "diálogo" entre o barão de la Brède e o escocês de Kirkcaldy. Mas, para tanto, deve-se "mergulhar" no texto de Smith.

O capítulo primeiro do livro III (entitulado "O Progresso Natural da Riqueza") inicia-se com a constatação da diferenciação econômica entre campo (responsável pela produção em estado puro) e cidade (produtora de manufaturados):

"Os ganhos dos dois são mútuos e recíprocos, sendo que a divisão de trabalho e de tarefas, nesse como em outros casos, traz vantagem para todas as ocupações em que se subdivide o trabalho."⁶¹

Lembre-se que Adam Smith já dissertara, no livro I desta mesma obra, sobre as vantagens da divisão do trabalho para o aumento da produção e da riqueza da sociedade.⁶² Os dois lados

ganham, enfatiza Smith:

"Entre todas as teorias absurdas propagadas no tocante à balança comercial,⁶³ jamais alguém chegou a pretender insinuar que o campo acaba perdendo no comércio com a cidade, ou que a cidade acaba perdendo no comércio com o campo."⁶⁴

Na seqüência, o leitor se depara com uma argumentação, com causas e efeitos bem definidos, não mais de cunho moral ou político:

"Quanto maior for o número e a renda dos habitantes da cidade, tanto maior será o mercado que ela propicia aos habitantes do campo; e quanto maior for esse mercado, tanto maior será sempre a vantagem para um grande número de pessoas."⁶⁵

Além do raciocínio de causa-efeito (onde um incremento da renda leva, numa relação direta, a um incremento do consumo), há primeira menção à figura do mercado - que também cresce com a renda aumentando.

Mas há espaço para um aconselhamento: apesar da igualdade entre campo e cidade, em termos de benefício no comércio mútuo, o autor defende que o cultivo do campo deve ter preferência sobre o crescimento da cidade pois é a agricultura a atividade que garante a subsistência.⁶⁶

É importante ressaltar que tal ordem de coisas seria favorecida por inclinações naturais do homem em relação à atividade agrícola:

"[...] o cultivo do solo sempre foi o destino natural do homem [...] em todos os estágios de sua existência, ele parece conservar uma predileção por essa ocupação primitiva."⁶⁷

Haveria também uma ordem evolutiva natural das sociedades. A gênese das cidades é contextualizada como pertencente ao mencionado curso, sendo uma decorrência do trabalho agrícola, já que os artífices dos quais o agricultor sente necessidade (fabricantes de arados, carpinteiros, ferreiros, etc) se agrupam formando aldeias e, posteriormente, núcleos urbanos. Este é "o curso natural das coisas" e ainda prevaleceria o equilíbrio entre estes dois pólos se as instituições humanas não tivessem interferido indevidamente.⁶⁸

Adam Smith relaciona ainda a demanda dos habitantes da cidade à receita auferida pela suas atividades artesanais, num raciocínio puramente

econômico sobre as relações entre a cidade e o campo:

"A quantidade de produto acabado que vendem [os cidadãos] aos habitantes do campo necessariamente determina a quantidade de materiais e provisões que deles compram."⁶⁹

Por fim, o intelectual escocês defende uma ordem - que se pretende "natural"- de aplicação, pelos artífices, do capital excedente: na terra (quando há terras incultas "como nas nossas colônias americanas"),⁷⁰ na manufatura, no comércio exterior. Entretanto, "essa ordem foi totalmente invertida, sob muitos aspectos"⁷¹ - especialmente com a ênfase no comércio externo, via as políticas mercantis intervencionistas, que lançaram muitas nações numa "ordem retrógrada e antinatural."⁷²

Quando Smith analisa os efeitos da queda do Império Romano, o faz quase que contabilizando os efeitos econômicos que tal acontecimento trouxe (concluindo por um conseqüente desestímulo à agricultura).⁷³ Senão vejamos: com o colapso do I. Romano, o comércio entre campo e cidade foi interrompido e as terras da Europa ocidental foram tomadas por grandes proprietários. A concentração fundiária foi garantida pelo princípio da primogenitura e pelo morgadio. Para o autor em voga, a primogenitura foi instituída porque a terra, além de meio de subsistência, passou a ser instrumento de poder, com cada grande senhor se tornando um "príncipe secundário", onde a segurança de uma grande propriedade territorial estava ligada a sua extensão.⁷⁴ Já o morgadio seria uma conseqüência da primogenitura. Para Smith, ambos não fariam mais sentido.

Um efeito funesto do morgadio é a falta de incentivo a melhorias nas terras - posto que indisponíveis. Em relação aos ocupantes, a situação piorava: classificados por Smith como presos a uma escravatura "de tipo mais mitigado",⁷⁵ tampouco os interessava investir em melhorias numa terra a que estavam vinculados precariamente. A falta de incentivos para o cultivo perduraria com o passar do tempo, seja com a introdução do sistema de meeiros, seja com o arrendatários. As razões arroladas tem uma lógica bem característica do discurso econômico.⁷⁶

Finalizando o capítulo segundo, Smith ressalta

o efeito negativo de restrições como a relativa à exportação de trigo e as que afetaram o comércio interno de produtos agrícolas. Tais impedimentos inibiriam melhorias no cultivo. É o adversário das barreiras ao livre comércio que entra em cena...

Depois de tecer considerações sobre a situação do campo após a queda do I. Romano, a análise se volta para as metrópoles e as razões de sua ascensão e progresso.

Em seguida à desagregação do I. Romano, os residentes da cidade não conheceram, para Smith, maiores favorecimentos que os residentes no campo. Enquanto os proprietários passaram a viver em suas próprias terras, muitas vezes em fortificações, as cidades agrupavam negociantes e artífices quase que em condição servil⁷⁷ - embora estes tenham alcançado a liberdade antes do que os moradores do campo.⁷⁸ Tal se deu pelo pagamento, junto ao rei, do direito de usufruir de determinadas isenções para com a Coroa. De concessão em concessão, acabaram por se tornar livres ("no sentido atual da palavra liberdade"⁷⁹) e ter governo próprio. A aliança entre os monarcas e as cidades, apesar de estranha à primeira vista, visava enfraquecer os senhores feudais, estando baseada em interesses mútuos. Os reis que pior se relacionavam com seus barões, mais liberais foram no trato com as cidades. Smith lembra, inclusive, que as milícias montadas pelas metrópoles tinham reais condições de derrotar os senhores feudais.

A esta visão processual do crescimento urbano unem-se questões de cunho econômico. O acúmulo de capitais nas cidades incentiva as atividades industriais:

"Dessa forma, em uma época que os moradores do campo estavam expostos a todo tipo de violência, nas metrópoles se implantou a ordem e a boa administração e, juntamente com elas, a liberdade e a segurança dos indivíduos [...] quando os cidadãos têm segurança de gozar dos frutos do trabalho, empenham-se naturalmente em melhorar sua condição e em adquirir não somente o necessário, mas também os confortos e o luxo que a vida pode proporcionar."⁸⁰

Isto posto, o autor de *Teoria dos Sentimentos Morais* enfoca as condições geográficas nas cidades que favoreceriam o avanço do comércio. Historicamente, as cidades localizadas no litoral ou

nas margens de rios tiveram mais condições de sucesso comercial pois, com um raio de ação mais vasto, podiam ficar mais independentes das regiões vizinhas, principalmente no que tange aos produtos agrícolas de que toda metrópole necessita.

Smith, depois de ressaltar a importância das Cruzadas para a consolidação do comércio europeu, sustenta que, de início:

"[...] o comércio de grande parte da Europa [...] consistia sobretudo no intercâmbio de sua própria produção bruta por manufaturados de nações mais civilizadas."⁸¹

O comércio introduziu um demanda por artigos mais finos, antes inexistentes em solo europeu. Logo, as manufaturas passaram a ser produzidas nas cidades européias.

Daí, o autor distingue duas maneiras de introdução das manufaturas para venda em locais distantes: aquelas que, resultado do comércio exterior, nascem da imitação dos produtos estrangeiros e as que, resultado de um processo espontâneo, se desenvolvem pelo aperfeiçoamento de manufaturas domésticas e rústicas que existiriam mesmo em países primitivos. No segundo caso, sustenta Smith, é o progresso da agricultura que impulsiona o das cidades que, também progredindo, beneficiarão, por seu turno, a produção agrícola.⁸²

O mais longo e último capítulo do Livro III, procura entender como o comércio urbano contribuiu para o progresso do campo.

E tal se deu, segundo Adam Smith, de três formas (e todas podem ser remetidas à esfera de preocupações econômicas, embora não fiquem circunscritas a um economicismo empobrecedor): oferecendo um grande mercado para a produção bruta do campo; pela ocupação e posterior melhoria de áreas rurais por comerciantes enriquecidos nas cidades (desejosos de se tornarem aristocratas, mantinham, todavia, o mesmo espírito empreendedor que caracteriza os homens de comércio); pela introdução da ordem e do bom governo no campo (o fator mais importante para Smith), promovendo a liberdade e a segurança dos indivíduos.

Dito isto, o intelectual escocês faz uma pormenorizada exposição do aprimoramento na campo, ligado ao desenvolvimento do comércio e da dissolução do poderio dos antigos barões da terra.

Tal poderio fundava-se no poder dos grandes

proprietários, sempre cercados por clientes e de rendeiros a título precário,⁸³ conferindo-lhes um poder que nem o rei, em particular, possuía.

"Por isso, o rei era obrigado a deixar a administração da justiça, na maior parte do país, àqueles que tinham condição de fazê-lo; pela mesma razão, era obrigado a deixar o comando da milícia da Nação àqueles a quem obedecia essa milícia."⁸⁴

Essa situação, ao contrário do que se pensava, afirma o autor de RN, é anterior à lei feudal e por ela foi minimizada - já que introduziu uma subordinação regular do rei até o menor dos proprietários. Mas a lei feudal não foi suficientemente forte para fazer com que a autoridade real prevalecesse contra o poder dos proprietários. Outro fator, o avanço do comércio e da produção manufatureira, alcançaria a força suficiente para introduzir importantes mudanças.

"Entretanto, o que toda a violência das instituições feudais jamais poderia ter conseguido, o foi gradualmente pela operação silenciosa e insensível do comércio exterior e das manufaturas [...] tão logo os grandes proprietários conseguiram encontrar um modo de consumir eles mesmos o valor total das rendas de suas terras, não tiveram mais propensão a partilhá-las com outras pessoas."⁸⁵

Em vez de empregar seu excedente no sustento de clientes, numa economia com comércio e manufaturas aperfeiçoadas, i. e., tendo os proprietários como consumir seu excedente em produtos para uso próprio, "[...] era inevitável que diminuísse progressivamente o número de seus clientes, até o dia em que fossem todos despedidos. A mesma razão os levou a despedir gradativamente o contingente desnecessário de seus rendeiros. As propriedades cultivadas foram ampliadas, e os ocupantes da terra, não obstante as queixas de despovoamento, foram reduzidos ao estritamente necessário para cultivar essas áreas [...] Continuando esse processo, o proprietário passou a desejar auferir de sua terra uma produção ainda maior [...] A vaidade dispendiosa do proprietário fê-lo aceitar e essa condição; e aqui está a origem dos arrendamentos a longo prazo."⁸⁶

Assim, os rendeiros tornaram-se independentes e, desprovidos deles e de clientes, os grandes proprietários viam declinar seu poder. Aqui, as razões de fundo econômico - o progresso na produção de manufaturas e o avanço do comércio

exterior, que ganha importância e volume - fazem vergar instituições seculares como a lei feudal. A reviravolta no raciocínio - o econômico influenciando (modificando) o quadro político e o social - é de extrema relevância.

Vale salientar que essa "[...] revolução⁸⁷ da maior importância para o bem-estar público foi levada a efeito por duas categorias de pessoas, que não tinham a menor intenção de servir ao público [...] Nem os proprietários nem os comerciantes e artífices conheceram ou previram a grande revolução que a insensatez dos primeiros e a operosidade dos segundos estavam gradualmente fermentando."⁸⁸ Conclui, então, Smith:

"Assim é que, na maior parte da Europa, o comércio e as manufaturas das cidades, ao invés de serem efeito do aprimoramento e do cultivo do campo, foram sua causa."⁸⁹

Esse movimento, por ser contra a lei natural das coisas, afirma o autor da RN, é lento e incerto. E assim se dera na Europa. A exigüidade de terras livres fez aumentar seu preço, o que impediu que se empregasse capital de grande vulto em melhorias. Já nas colônias britânicas da América do Norte - onde o preço bem mais acessível das propriedades, dada sua abundância, permite maiores investimentos - a riqueza está toda fundada na agricultura, respeita-se a ordem natural.⁹⁰

A questão relatada no parágrafo anterior é importante, pois, nas palavras de Smith, "[...] o capital que um país adquire por meio do comércio e das manufaturas constitui uma posse muito precária e incerta, enquanto parte dele não tiver sido assegurada e não for aplicada no cultivo e na melhoria de suas terras [...] Pode-se dizer que nenhuma parcela do capital do comerciante pertence a um determinado país, enquanto esse capital não se espalhar pelo país, sob a forma de construções ou de duradoura melhoria da terra [...] Os transtornos normais da guerra e as mudanças de governo facilmente fazem secar as fontes de riqueza resultantes exclusivamente do comércio. Todavia, a riqueza proveniente dos mais sólidos aperfeiçoamentos da agricultura é muito mais durável, não podendo ser destruída, a não ser por convulsões mais violentas, ocasionadas pelas depredações das nações hostis e bárbaras que se estenderam por um ou dois séculos seguidos, tais

como as que ocorreram nas províncias ocidentais da Europa durante algum tempo antes e depois da queda do Império Romano.”⁹¹

Mais uma vez, fica patente - além da relevância do papel da agricultura no pensamento smithiano, pelo menos neste livro (um texto a parte, como quer o já mencionado Blaug) - a prevalência de um discurso imbuído de razões econômicas num grau, até então, inédito.

Conclusão

À guisa de conclusão, devo acentuar determinados pontos e fazer alguns esclarecimentos.

Acredito ter ficado bastante clara a contribuição de Pierre Rosanvallon, i. e., sua proposta de entender o nascimento do discurso econômico moderno como inserido no debate com os filósofos políticos dos séculos XVII e XVIII, no bojo da grandiosa revolução intelectual que, consagrando a soberania do indivíduo, a ela relegou a constituição de uma sociedade ordenada. A esfera econômica surge então, triunfante, como o local privilegiado para a construção de um agrupamento social harmonioso, espelhando-se nas sinalizações do mercado e da “mão invisível” smithiana.

O que se seguiu foi uma discussão, confrontando textos clássicos da época, na tentativa de ilustrar, numa questão mais delimitada, esta reviravolta (da prevalência de razões políticas⁹² ao domínio de uma lógica mais centrada no econômico, no que concerne à ordenação social). Assim, apresentaram-se duas visões explicativas sobre a grandeza (e decadência) de um povo e a diversidade do progresso da riqueza dentre as nações. Pouco mais de quarenta anos separam GDR e RN mas as tônicas discursivas, como creio ter sido demonstrado, são profundamente diversas. Outro mundo, gerado processualmente, como Rosanvallon enfatizou através de sua exposição por “movimentos”. Em vez da idéia de ruptura, operou-se com a noção de continuidade, posto que a representação econômica da sociedade deve ser relacionada (e a partir daí entendida de maneira mais ampla) a um movimento anterior iniciado pelos filósofos do contrato.⁹³

Cumpra ainda notar que, mesmo tendo pautado estas linhas pela diferença discursiva,⁹⁴ obviamente há muitos pontos de contato entre Smith e filósofos a ele anteriores. Pode-se exemplificar citando a importância significativa que o pensador

escocês dava à filosofia e à moral (basta lembrar o tema do livro que o projetou, *Teoria dos Sentimentos Morais*, de 1759 e suas ligações com Francis Hutcheson, expoente protestante em Filosofia do Direito Natural e professor de Filosofia Moral em Glasgow - a quem Smith sucederia, em 1752). Mas tais afinidades seriam, com certeza, objeto de muitas outras páginas...

Por fim, cabe fazer uma derradeira “ponte” com nossa realidade cotidiana. Montesquieu pode ser incluído dentre um grupo de pensadores paradigmáticos que produziu um tipo muito especial de saber histórico, onde se deve atentar menos para a história que cada um produziu (ou pensou produzir⁹⁵) e, sim, para o uso pragmático que cada um deles fez de uma certa noção de história.

De forma análoga (e também “mais livre”), uma das aplicações possíveis do livro de Pierre Rosanvallon é possibilitar o “desencantamento” de outra área do saber, a Economia (plagiando o “desencantamento” da sociedade de Weber) que, principalmente nos dias de hoje,⁹⁶ se quer tão técnica e exata, de maneira especial quando se pensa nas declarações que emanam dos gabinetes governamentais, tão seguros da eficácia do conhecimento positivo que hoje a ciência econômica proporciona.

Penso ser sobremaneira frutífero que nos seja lembrado que menos que um conjunto de técnicas e saberes (newtonianamente) científicos, através dos quais se intervêm (também numa leitura “pragmática”) diariamente no cotidiano de todos os cidadãos deste planeta cada vez mais “globalizado”, a Economia (e seu discurso), têm história, foram construídos no tempo. Rosanvallon cumpre este papel com maestria e, creio, ter ilustrado (evidentemente de forma muito mais modesta) sua idéia através dos textos escolhidos.

Bibliografia

- (1) MONTESQUIEU [Charles-Louis de Secondat, barão de] - *Grandeza e Decadência dos Romanos*, SP, Paumape, 1995
- (2) SMITH, Adam - *A Riqueza das Nações*, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985
- (3) ROSANVALLON, Pierre - *Le Liberalisme Économique: histoire de l'idée de marché*, Paris, Seuil, 1989
- (4) ALTHUSSER, Louis - *Montesquieu: a Política e a História*, Lisboa, Presença, 1972
- (5) BLAUG, Mark - *História do Pensamento Econômico*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, 1o. Vol.
- (6) CHATELET, F. (coord.) - *Dicionário de Obras Políticas*, RJ,

Civilização Brasileira, 1993

(7) VIDONNE, Paul - *La Formation de la Pensée Économique*, Paris, Economica, s/d

Notas

² Cf. in *Le Liberalisme Économique*, p. 15.

Obs.: daqui em diante, referir-me-ei a *Le Liberalisme Économique* apenas por LEC.

³ Cf. in LEC, p. 11.

⁴ Cf. também em VIDONNE, Paul - *La Formation de la Pensée Économique*, Paris, Economica, s/d; especialmente no capítulo III.

⁵ LEC., p. 12.

Nota: todas as citações em língua estrangeira foram por mim vertidas para o português em tradução livre.

⁶ id. ib.

⁷ LEC, p. 13.

⁸ LEC, p. 32.

⁹ LEC, p. 33.

¹⁰ LEC, p. 34.

¹¹ Deslocamento de ênfase característico da filosofia política do século XVIII, sublinha Rosanvallon à p. 36.

¹² id. ib.

¹³ LEC, p. 38.

¹⁴ Vale acentuar que se o percurso foi um pouco longo, não poderia ser de outra maneira para melhor contextualizar a passagem entre um discurso harmonizador da sociedade com base na política para um outro, com o mesmo fim, de cunho econômico.

¹⁵ SMITH, Adam - *A Riqueza das Nações*, 2ª ed., SP, Nova Cultural, 1985, p. 50.

Nota: preferi, em vez de traduzir a versão francesa citada por Rosanvallon, transcrever a boa tradução brasileira disponível.

¹⁶ LEC, p. 40.

¹⁷ LEC, pp. 40-1.

Os trechos em itálico foram grifados pelo autor francês.

¹⁸ LEC, pp. 41-2.

¹⁹ LEC, pp. 43-44.

²⁰ Cf. in LEC, p. 45.

²¹ Rosanvallon cita o texto do *Pacto Social*, cf. in LEC, p. 46.

²² Cf. in LEC, pp. 45-46.

²³ LEC, pp. 46-7.

²⁴ LEC, p. 59.

²⁵ LEC, pp. 60-61.

²⁶ Para reforçar tal assertiva, cito, mais uma vez, um trecho de *Liberalisme Économique* (p.61): "E o fato que seu século recebeu sua obra como parte quase imediata do senso comum mostra a que nível seu pensamento foi instantaneamente assimilado como uma ideologia."

²⁷ Cf. in LEC, pp. 61-2.

²⁸ SP, Paumape, 1995.

²⁹ 2ª ed., SP, Nova Cultural, 1985.

³⁰ Daqui em diante, referir-me-ei a ela pela abreviação "GDR".

³¹ Ao contrário da posterior pretensão historicista alemã, Montesquieu não desejava relatar os fatos como eles realmente

se deram.

³² CHATELET, F. et alii (coord.) - *Dicionário de Obras Políticas*, RJ, Civilização Brasileira, 1993, p. 843.

³³ Voltarei a este ponto mais adiante.

³⁴ Althusser advoga que o objeto de Montesquieu é "[...] fazer a ciência, não da sociedade em geral, mas de todas as sociedades concretas da história." (in ALTHUSSER, Louis - *Montesquieu: a Política e a História*, Lisboa, Presença, 1972, p. 22)

³⁵ GDR, p. 14.

³⁶ GDR, pp.13-4.

³⁷ Cf. in GDR, p. 63.

³⁸ GDR, p. 18.

³⁹ Ou mesmo matemática. Althusser, ao tratar de *O Espírito das Leis* (1748), aborda a pretensão de se aplicar "[...] às matérias da política e da história uma categoria newtoniana da lei." (Cf. in Althusser, L. - op. cit., p. 44)

⁴⁰ GDR, p.15.

⁴¹ GDR, p. 125.

⁴² GDR, id. ib.

⁴³ Cf. in GDR, p. 29.

⁴⁴ GDR, pp. 16-7.

⁴⁵ GDR, p. 20.

⁴⁶ GDR, pp. 23-4.

⁴⁷ GDR, p. 25.

⁴⁸ GDR, p. 27.

⁴⁹ GDR, p.60.

⁵⁰ "já que os exércitos podiam cobrar muito caro por seus serviços." (in GDR, p. 91)

⁵¹ Neste quadro, "todos os atentados são viáveis [...]" (in GDR, p.70).

⁵² "Foi uma ventura nascer sob seu governo: outro não houve tão afortunado nem tão glorioso para o povo romano." (GDR, p. 104)

⁵³ Como com a seita dos estóicos, a quem os romanos deveriam seus melhores imperadores -cf. in GDR, p. 106.

⁵⁴ Com a banalização da violência, tratando-se a si próprios como seus antepassados lidavam com os inimigos - cf. in GDR, p. 98.

Para que se entenda esta transformação, é importante ter em mente que se a natureza humana é concebida como imutável, Montesquieu admite a mudança do gênio de cada povo - como, inclusive, já foi dito páginas atrás.

⁵⁵ Cf. in GDR, p. 95.

⁵⁶ Cf. in GDR, p. 94.

⁵⁷ p. 126.

⁵⁸ GDR, p. 125.

⁵⁹ GDR data de 1734, *A Riqueza das Nações* (daqui para frente, RN apenas) será editada em 1776.

⁶⁰ Cf. in BLAUG, Mark - *História do Pensamento Econômico*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, 1ª Vol., p. 99.

⁶¹ RN, p. 321.

⁶² Dando o clássico exemplo da fábrica de alfinetes (cf. in RN, p. 41).

⁶³ Clara referência às doutrinas mercantilistas e sua ênfase na necessidade de se manter uma balança comercial positiva.

64 RN, p. 322.

65 RN, p. 321.

66 Tal atividade é “necessariamente prioridade sobre a que está a serviço das meras comodidades e do luxo.” (RN, p. 322)

67 RN, id. ib.

Vale dizer que, a exemplo dos filósofos do contrato - mas com outros fins, Smith recorre à natureza humana. Também o fizera na primeira parte da RN, ao declarar ser da natureza humana efetuar trocas (cf., Capítulo II, p. 49).

68 Cf. in RN, 323.

69 RN, id. ib.

Note-se que a palavra “necessariamente” dá um tom de certeza (quase) matemática ao novo raciocínio.

70 RN, id. ib.

71 RN, p. 324.

72 RN, id. ib.

73 Sem jamais se aprofundar na questão de mérito tão cara a Montesquieu, i. e., o porquê da efetiva queda do Império. Muito menos tratou da questão considerando aspectos morais - como da anterior existência de virtudes entre os romanos e de sua posterior corrupção em vícios.

74 Cf. in RN, pp. 325-326.

75 Cf. in RN, p. 328.

76 Cf. in RN, p. 328-333.

77 Cf. in RN, p. 335.

78 Cf. in RN, p. 336.

79 RN, p. 337.

80 RN, p. 339.

81 RN, p. 340.

Obs.: a expressão “nações mais civilizadas” deve ser esclarecida: aqui, a idéia de civilização é conectada ao grau de incremento da produção manufatureira que, conforme afirma Smith, nunca deixou de existir, mesmo que em pequeno grau, em todo grande país. (Cf. in RN, p. 341)

82 Cf. RN, pp. 342-3.

83 “[...] coisa comum em todos os países em que o comércio e as manufaturas estão pouco desenvolvidos.” (in RN, p. 346.)

84 RN, p. 347.

85 RN, pp. 348-9.

86 RN, p. 350.

87 Volto a chamar a atenção para o fato de que as mudanças que põem termo à lei feudal - processo que Smith denomina de “revolução” - serem explicadas por razões que podem ser inseridas no plano da economia.

88 RN, p. 351.

89 id. ib.

90 Neste parágrafo, lê-se dupla menção à “natureza das coisas” - ressaltando-se a importância do conceito de “natureza” no pensamento smithiano - o que o aproxima, apesar das diferenças já vistas anteriormente, de vários intelectuais que pensaram a instituição/regulação do social através da política.

91 RN, p. 354.

92 Admitindo-se que as máximas romanas (e a ausência delas) de que trata Montesquieu tem por referência, predominantemente, o plano do político.

93 Cf. in LEC, pp. 32-3.

94 Construída, como se viu, através dos séculos XVII e XVIII, num gradual processo de elaboração intelectual.

95 Abandonando-se, pois, a visão mais “historicista” que apresentava o conhecimento histórico como produto de um saber “exato”, de como as coisas teriam efetivamente se dado - algo totalmente descartado, em História, segundo conceitos mais atuais.

96 Testemunhas da vitória do *mainstream* que tenta moldar seu discurso à imagem e semelhança das ciências matemáticas, tendo a Física como espelho.